



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Passo de Regime Jurídico p/ SEFAZ-AL (Auditor Fiscal) - Pós-Edital

Professor: Flávia Bittencourt

AULA 00

REGIME JURÍDICO – LEI 5.247/91 – TÍTULOS I E II (ART. 1 A 44)

SUMÁRIO

Sumário	1
Apresentação	2
Conteúdo do Curso e Metodologia	2
Cronograma.....	2
Lista de Questões com Comentários	3
Lista de Questões	11
Gabarito.....	14
Mapa Mental	15
Questionário de Revisão Com Respostas.....	16
Questionário de Revisão	20



APRESENTAÇÃO

Olá pessoal, tudo bem? Antes de iniciarmos o conteúdo do e-book, peço licença para me apresentar.

Meu nome é Flávia Bittencourt. Sou economista, formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-graduada em Análise Financeira de Projetos. Trabalho como Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental na Prefeitura Municipal de Niterói, no Rio de Janeiro. Fui aprovada no concurso que inaugurou tal carreira na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, em 2018. Atualmente estou cedida para a Secretaria de Fazenda do Município, atuando como Coordenadora de Encargos Financeiros e Gestão Orçamentária.

CONTEÚDO DO CURSO E METODOLOGIA

O objeto deste material será o **Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais**, Lei 5.247/91.

Destacamos que por se tratar de **legislação muito específica** não caberão aqui análises estatísticas de questões, nem resumos no formato tradicional do Passo Estratégico. Entretanto, objetivando sempre auxiliar a preparação de vocês, elaboramos esse modelo de e-book com **questões inéditas** para que conteúdos específicos e conceituais, como esse, pudessem ser revisados assim como as demais matérias.

Dessa forma, o objetivo desse modelo é **facilitar a memorização** dos assuntos através da repetição dos dispositivos legais.

Serão apresentadas questões no formato **certo** ou **errado**, objetivando a maior fixação do conteúdo. E ao final do curso, faremos um **simulado** com questões objetivas, nos moldes que o Cebraspe/Cespe, banca organizadora do concurso, costuma cobrar.

Sugerimos que, antes de estudar cada aula, o aluno **leia os respectivos dispositivos** da legislação, a fim de **potencializar** o aproveitamento desse material.

CRONOGRAMA

Vejamos a distribuição das aulas:

AULAS	TÓPICOS ABORDADOS	DATA
Aula 00	Regime Jurídico – Lei 5.247/1991 – Títulos I e II	Disponível
Aula 01	Regime Jurídico – Lei 5.247/1991 – Título III	21/12/19
Aula 02	Regime Jurídico – Lei 5.247/1991 – Títulos IV e V	28/12/19
Aula 03	Regime Jurídico – Lei 5.247/1991 – Títulos VI, VII e VIII	04/01/20
Aula 04	Simulado	11/01/20



LISTA DE QUESTÕES COM COMENTÁRIOS



REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS.

Lei 5.247/91

Título I

Disposições Preliminares

No que diz respeito às definições estabelecidas para efeitos da Lei 5.247/91, julgue os itens a seguir.

1. () Função é um centro unitário e indivisível de competências, criado por lei, com determinação própria e em número certo, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público.

Comentários:

Errado. A questão trata dos conceitos propostos nos incisos do **Art. 2º** da referida lei, entretanto a mesma **inverte as definições** estabelecidas para **função** e **cargo**. Veja a seguir o que determina a legislação.

Art. 2º Adotar-se-ão, para efeitos desta lei, as definições a saber:

I – **Função** é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometíveis a uma categoria funcional ou individualmente a determinado agente da Administração, em caráter permanente ou transitório;

II – **Cargo** é um centro unitário e indivisível de competências, criado por lei, com determinação própria e em número certo, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;



2. () Regime Jurídico Único é o conjunto de normas que disciplinam as relações de trabalho dos servidores público civis da administração direta, autárquica e fundacional pública, definindo-lhes os direitos, responsabilidades e deveres.

Comentários

Certo. A questão traz a correta definição de Regime Jurídico Único prevista no **inciso IV, Art. 2º** da Lei 5.247/91.

Art. 2º Adotar-se-ão, para efeitos desta lei, as definições a saber:

IV – Regime Jurídico Único é o conjunto de normas que disciplinam as relações de trabalho dos servidores público civis da administração direta, autárquica e fundacional pública, definindo lhes os direitos, responsabilidades e deveres.

Título II

Do Regime Funcional

3. () Dentre as formas de provimento derivado de cargo público, previstas na Lei 5.247/91, estão: promoção, readaptação e aproveitamento.

Comentários

Certo. A assertiva trata do **Art. 6º** da referida lei, o qual estabelece o rol de situações nas quais serão consideradas como **provimento derivado de cargo público**, veja a íntegra do artigo, a seguir, e observe que todas as hipóteses trazidas na questão estão previstas no mesmo.

Art. 8º São formas derivadas de provimento de cargo público:

I – promoção;

II – ascensão;

III – transferência;

IV – readaptação;

V – reversão;

VI – reintegração;

VII – recondução;

VIII – aproveitamento.

• Vide art. 5º da Lei Estadual nº 5.599, de 07.01.94, que dispõe sobre ascensão.



4. () O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispõem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, e terá validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período.

Comentários

Errado. A questão versa sobre os Art. 11 e 12 da Lei 5.427/91. A primeira parte está correta e aborda a literalidade do Art. 11, segundo o qual o concurso poderá ser de **prova ou provas e títulos**, podendo ser realizado em **duas etapas**.

O erro está no prazo de validade previsto na assertiva, isso porque o Art. 12 da lei determina que o **concurso terá validade de até 2 anos**, permitida a **prorrogação uma vez**, por **igual período**.

Importante mencionar que, **não será possível** abertura de **novo concurso** enquanto houver **candidato aprovado em concurso anterior** com prazo de **validade não expirado**.

5. () A posse ocorrerá dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

Comentários

Errado. A assertiva trata do § 2º Art. 13 da lei, o qual determina que o **prazo** para ocorrência da **posse** será de **30 dias** contados da **publicação do ato de provimento**, não 60, como sugere a questão. Podendo ser **prorrogável por mais 30 dias**, desde que o interessado **requiera**.

Destaca-se que a **inocorrência** oportuna da posse determinará a **deseficacização** do ato de provimento. Além disso, o servidor, no **ato da posse**, deverá apresentar **declaração dos bens e valores** que constituem seu patrimônio e do **exercício ou não** de outro **cargo, emprego ou função pública**.

6. () Transferência é a transposição do servidor estável de um cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder.

Comentários



Certo. A questão trata da **literalidade** do Art. 17 da Lei 5.247/91. Apesar de o conceito de **transferência** ser **inconstitucional**, a seção destinada a ele encontra-se em vigor na legislação estadual em análise.

Muita atenção a questões desse tipo! A banca pode cobrar a literalidade da legislação ou a adequação da mesma às normas atuais. Portanto, leiam atentamente os enunciados de cada questão e procurem dicas do que ela busca com a assertiva!

7. () Readaptação é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Comentários

Errado. A questão mistura os conceitos abordados nos Arts. 18 e 19 da lei. De acordo com a mesma, **readaptação** é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades **compatíveis com a limitação** que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verifica em inspeção médico-oficial. Enquanto a **reversão** é o **retorno à atividade** de servidor **aposentado por invalidez**, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Destaca-se que a **reversão** deverá ocorrer no **mesmo cargo** ou no **cargo resultante** de sua transformação. Caso o cargo em questão esteja **provido**, o servidor exercerá suas atribuições como **excedente**, até a ocorrência de vaga.

Importante mencionar, por fim, que **não haverá** reversão de **aposentado** que já tenha **completado 70 anos** de idade.

8. () Recondução é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial com ressarcimento de todas as vantagens.

Comentários

Errado. Novamente a questão inverte os conceitos previsto na Lei 5.247/91. O Art. 22 estabelece o conceito de **reintegração** que trata-se da situação de **reinvestidura** de **servidor estável**, no cargo anteriormente ocupado ou no resultante de sua transformação, quando **invalidada a sua demissão por decisão administrativa** ou **judicial** com **ressarcimento** de **todas as vantagens**. Em caso de extinção do cargo, o servidor ficará em disponibilidade.

O Art. 23 trata da situação de **recondução**, que ocorre quando o **servidor estável retorna** ao **cargo**



anteriormente ocupado. Dar-se-á a recondução nas seguintes situações:

- quando apurada, ao curso de estágio probatório, a **inaptidão do servidor** ao exercício de cargo em que derivadamente provido;
- quando **reintegrado**, no cargo que esteja a exercer, o seu anterior ocupante.

9. () Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Comentários

Certo. A assertiva versa sobre o Art. 26, segundo o qual o **aproveitamento** ser tornado **sem efeito** e a **disponibilidade será cassada**, caso o servidor **não entre em exercício** no prazo legal, salvo se ficar comprovada doença por junta médica oficial.

Importante mencionar o conceito de aproveitamento trazido no Art. 24:

Art. 24. Aproveitamento é o retorno obrigatório ao trabalho de servidor que se achava em disponibilidade, ocorrendo em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

10. () Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo. O servidor, após tomar posse, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para entrar em exercício.

Comentários

Errado. A questão trata do Art. 27, caput e § 1º. Quanto ao **conceito de exercício** ela está perfeita, de fato, o exercício significa o **efetivo desempenho das atribuições** inerentes ao respectivo cargo. Entretanto, o **prazo** para que o servidor **entre em exercício**, é de **30 dias**, contados a partir da **data da posse**, conforme determina o § 1º.

Portanto, a questão se equivoca ao mencionar o prazo de 60 dias.

11. () O servidor transferido, removido, redistribuído, requisitado ou cedido, que deva ter exercício em outra localidade, terá 30 (trinta) dias de prazo para entrar em exercício, incluído nesse período o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede.



Comentários

Certo. Conforme previsto no Art. 30 da Lei 5.247/91, é exatamente esse o prazo (**30 dias**) para que o servidor **entre em exercício** em **localidade diversa** do seu atual local de exercício.

12. () O ocupante de cargo público civil fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.

Comentários

Certo. O Art. 31 determina exatamente isso. A **carga horária semanal** dos ocupantes de **cargo público civil** é de **40 horas**, sendo que a lei poderá estabelecer duração diversa.

Importante frisar que, se o servidor for ocupante de cargo de **provimento em comissão**, ainda será exigida **dedicação integral** ao serviço, pelo que o mesmo poderá ser convocado sempre que houver interesse da administração.

13. () **Lotação específica é a quantidade dos cargos vinculados e necessários ao desenvolvimento das atividades de órgãos ou entidades da administração pública.**

Comentários

Errado. A assertiva mistura dois conceitos relacionados à lotação e previstos nos Arts. 33 e 34. De acordo com os mesmos, **lotação genérica** é a quantidade dos **cargos vinculados e necessários** ao desenvolvimento das atividades de órgãos ou entidades da administração pública e **lotação específica** é a **designação de servidor** para ter exercício em unidade administrativa setorial do ente público a que serve.

14. () O servidor ocupante de cargo público efetivo, ou seja, habilitado em concurso público, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.

Comentários

Certo. A questão traz a **literalidade do Art. 38** da Lei 5.247/91, segundo o qual o servidor efetivo



terá direito à **estabilidade** no serviço público após **2 anos** de efetivo exercício. Entretanto de acordo com o **Art. 41 da Constituição Federal** de 1988, serão **estáveis** após **3 anos** de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Portanto, apesar de não revogado o referido artigo não encontra amparo na CF/88. Apesar disso, conforme já falamos em questão anterior, algumas bancas cobram a literalidade da lei analisada, sem levar em consideração essas questões.

Julgamos importante colocar essa assertiva no e-books para atentar ao fato de que, caso a banca opte por cobrar a literalidade, vocês estarão preparados; caso cobre a inconstitucionalidade do artigo e seu prazo de acordo com a Constituição, também estarão!

15. () De acordo com a Lei 5.247/91, são situações que determinam a vacância do cargo público: exoneração; demissão; readaptação; reintegração e aposentadoria.

Comentários

Errado. A questão trata do Art. 40 da referida lei, o qual determina o **rol de situações** que implicam a **vacância do cargo**, veja a seguir a íntegra do mesmo.

Art. 40. Determinarão a vacância do cargo público:

I - a exoneração;

II - a demissão;

III - a promoção;

IV - a ascensão;

V - a transferência;

VI - a readaptação;

VII - a aposentadoria;

VIII - a posse em outro cargo inacumulável;

IX - o falecimento.



Portanto, observem que **reintegração não é uma hipótese prevista**, isso porque ela trata de uma situação na qual há a ocupação de um cargo, não a vacância.

16. () Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargos em comissão terão substitutos indicados no regime interno ou, em caso de omissão, previamente designados pela autoridade competente.



Comentários

Certo. A assertiva versa sobre o conceito de substituição previsto no Art. 43 da lei em análise, segundo o qual, de fato, deverá haver um **substituto** para os servidores investidos em **cargo ou função de direção ou chefia** e os ocupantes de **cargos comissionados**, determinado no **regime interno** ou **previamente** designado pela **autoridade competente**.

Importante mencionar que, o substituto assumirá de forma **automática e cumulativa**, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia nos **afastamentos ou impedimentos legais do titular**. Além disso, fará jus a **gratificação pelo exercício** do cargo ou função nos casos em que o afastamento ou impedimento legal do titular sejam **superiores a 30 dias**.



LISTA DE QUESTÕES

REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS, DAS AUTARQUIAS

E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS.

Lei 5.247/91

Título I

Disposições Preliminares

No que diz respeito às definições estabelecidas para efeitos da Lei 5.247/91, julgue os itens a seguir.

1. () Função é um centro unitário e indivisível de competências, criado por lei, com determinação própria e em número certo, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público.

2. () Regime Jurídico Único é o conjunto de normas que disciplinam as relações de trabalho dos servidores público civis da administração direta, autárquica e fundacional pública, definindo-lhes os direitos, responsabilidades e deveres.

Título II

Do Regime Funcional

3. () Dentre as formas de provimento derivado de cargo público, previstas na Lei 5.247/91, estão: promoção, transferência, readaptação e aproveitamento.

4. () O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispõem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, e terá validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período.



5. () A posse ocorrerá dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.
6. () Transferência é a transposição do servidor estável de um cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder.
7. () Readaptação é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
8. () Recondução é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial com ressarcimento de todas as vantagens.
9. () Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.
10. () Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo. É de 60 (sessenta) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contando da data da posse.
11. () O servidor transferido, removido, redistribuído, requisitado ou cedido, que deva ter exercício em outra localidade, terá 30 (trinta) dias de prazo para entrar em exercício, incluído nesse período o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede.
12. () O ocupante de cargo público civil fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.



13. () Lotação específica é a quantidade dos cargos vinculados e necessários ao desenvolvimento das atividades de órgãos ou entidades da administração pública.

14. () O servidor ocupante de cargo público efetivo, ou seja, habilitado em concurso público, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.

15. () De acordo com a Lei 5.247/91, são situações que determinam a vacância do cargo público: exoneração; demissão; readaptação; reintegração e aposentadoria.

16. () Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargos em comissão terão substitutos indicados no regime interno ou, em caso de omissão, previamente designados pela autoridade competente.



GABARITO

GABARITO



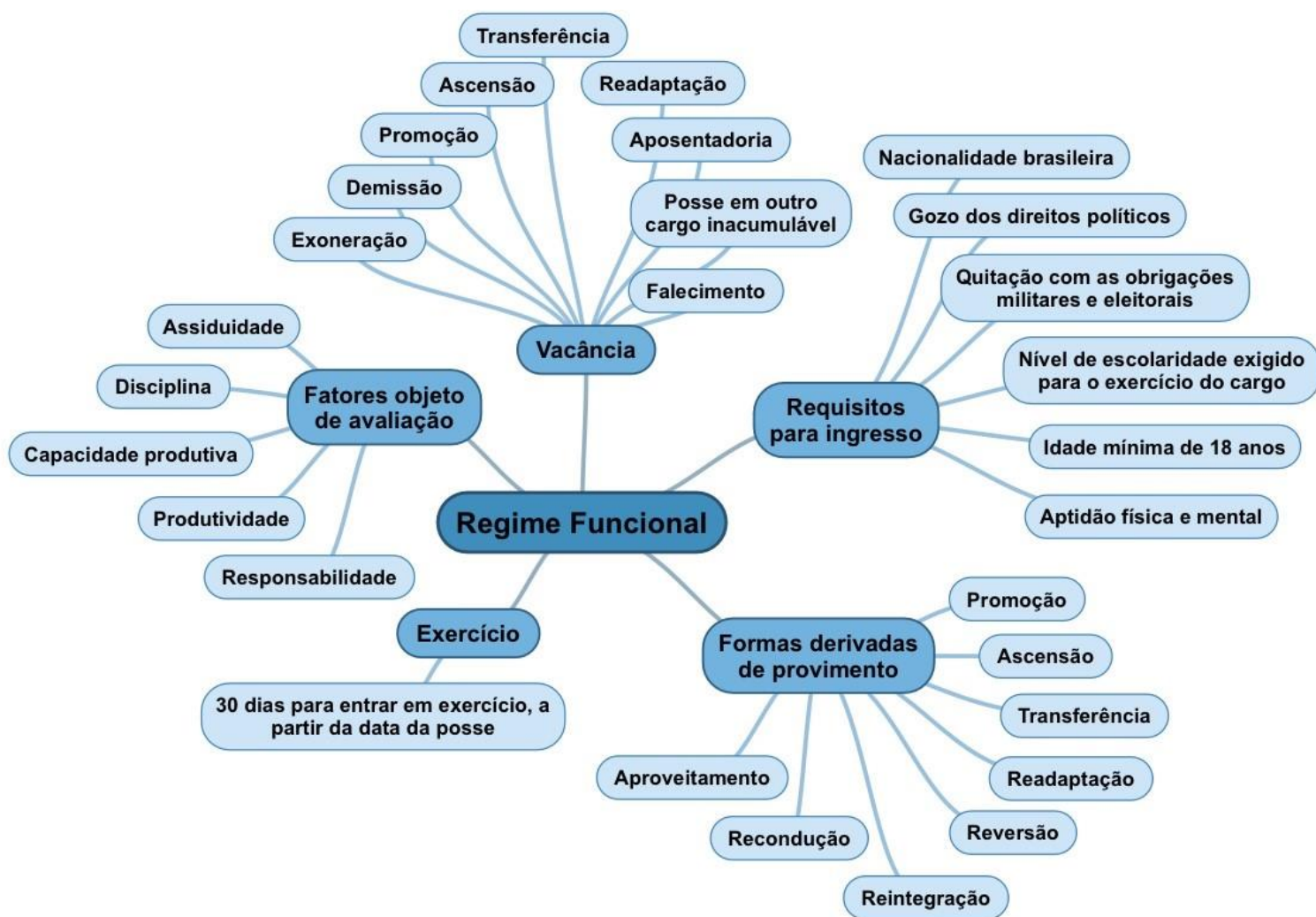
1. ERRADO
2. CERTO
3. CERTO
4. ERRADO
5. ERRADO
6. CERTO

7. ERRADO
8. ERRADO
9. CERTO
10. ERRADO
11. CERTO
12. CERTO

13. ERRADO
14. CERTO
15. ERRADO
16. CERTO



MAPA MENTAL



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO COM RESPOSTAS

A seguir, apresentaremos um questionário que objetiva fixar ainda mais os principais pontos da matéria.

É possível utilizar o questionário de revisão de diversas maneiras. Você pode, por exemplo:

- ler cada pergunta e realizar uma autoexplicação mental da resposta;
- ler as perguntas e conferir suas respostas, para realizar uma revisão mais rápida;
- eleger algumas perguntas para respondê-las de maneira discursiva...

REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS, DAS AUTARQUIAS

E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS.

Lei 5.247/91

Título I

Disposições Preliminares

1. () De acordo com a Lei 5.247/91, função e cargo podem ser entendidos como sinônimos?

Não. A legislação determina sua diferenciação estabelecendo que função é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometíveis a uma categoria funcional ou individualmente a determinado agente da Administração, em caráter permanente ou transitório; já o cargo pode ser entendido como sendo um centro unitário e indivisível de competências, criado por lei, com determinação própria e em número certo, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público.

Título II

Do Regime Funcional



2. () Cite os requisitos básicos para ingresso no serviço público, conforme previsão da Lei 5.247/91.

São requisitos previstos:

- a nacionalidade brasileira;
- o gozo dos direitos políticos;
- a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- aptidão física e mental.



Importante destacar que, de acordo com a Emenda Constitucional 19/98, é garantido aos estrangeiros o direito de ingresso em cargos públicos, na forma da lei.

3. () Quais são as formas derivadas de provimento de cargo público, segundo o Regime Jurídico de Alagoas?

A Lei 5.247/91, determina que são formas de provimento derivado:

- promoção;
- ascensão;
- transferência;
- readaptação;
- reversão;
- reintegração;
- recondução;
- aproveitamento.

Observem que a nomeação não está elencada no rol acima, uma vez que a mesma trata de hipótese de provimento originário.

4. () Explique o conceito da reintegração prevista na Lei 5.247/91.

A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial com ressarcimento de todas as vantagens.

Importante destacar que, caso o cargo anteriormente ocupado pelo servidor tenha sido extinto, o mesmo ficará em disponibilidade. E se o cargo estiver provido, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade respeitado o interesse do serviço público.

5. () Em quais situações ocorrem a recondução de servidor?

A recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e ocorrerá nas seguintes situações:

- quando apurada, ao curso de estágio probatório, a inaptidão do servidor ao exercício de cargo em que derivadamente provido;
- quando reintegrado, no cargo que esteja a exercer, o seu anterior ocupante.

6. () Quais fatores serão objeto de avaliação para julgamento da aptidão e capacidade para o desempenho do cargo por servidor em período de estágio probatório?

O servidor investido em cargo de provimento efetivo ao iniciar o exercício, ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo serão objeto de avaliação, observados os fatores a saber:

- assiduidade;
- disciplina;
- capacidade de iniciativa;
- produtividade;
- responsabilidade.



7. () Em quais situações dar-se-á a remoção de servidor?

A remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, de uma para outra localidade de trabalho, com ou sem mudança de sede, no âmbito da unidade setorial em que for especificamente lotado. E ocorrerá, a pedido, para outra localidade, independentemente de vaga, para acompanhar cônjuge ou companheiro ou dependente enfermo, condicionada à comprovação, por junta médica, da indispensabilidade de providência.

8. () O servidor estável pode perder o cargo?

Sim. A legislação determina que, o servidor estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

9. () Quais são as hipóteses de vacância do cargo público?



De acordo com a Lei 5.247/91, determinarão a vacância do cargo público:

- a exoneração;
- a demissão;
- a promoção;
- a ascensão;
- a transferência;
- a readaptação;
- a aposentadoria;
- a posse em outro cargo inacumulável;
- o falecimento.

10. () Quais são as hipóteses de exoneração de cargo em comissão?

A exoneração de cargo em comissão ocorrerá: a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO

REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS, DAS AUTARQUIAS

E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS.

Lei 5.247/91

Título I

Disposições Preliminares

1. () De acordo com a Lei 5.247/91, função e cargo podem ser entendidos como sinônimos?

Título II

Do Regime Funcional

2. () Cite os requisitos básicos para ingresso no serviço público, conforme previsão da Lei 5.247/91.
3. () Quais são as formas derivadas de provimento de cargo público, segundo o Regime Jurídico de Alagoas?
4. () Explique o conceito da reintegração prevista na Lei 5.247/91.
5. () Em quais situações ocorrem a recondução de servidor?
6. () Quais fatores serão objeto de avaliação para julgamento da aptidão e capacidade para o



desempenho do cargo por servidor em período de estágio probatório?

7. () Em quais situações dar-se-á a remoção de servidor?
8. () O servidor estável pode perder o cargo?
9. () Quais são as hipóteses de vacância do cargo público?
10. () Quais são as hipóteses de exoneração de cargo em comissão?



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.